

NOTAS ECONÓMICAS

30

**FERNANDO ALEXANDRE
PEDRO BAÇÃO
JOÃO CERÉJEIRA
MIGUEL PORTELA**

AGGREGATE AND SECTOR-SEPECIFIC EXCHANGE RATE INDEXES FOR THE PORTUGUESE ECONOMY

CARLOS BASTIEN

MARXISMO E ECONOMIA POLÍTICA: "O CASO CARAÇA"

ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA PROFERIDA PELO PROF. DOUTOR JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo

16 de Setembro de 2009

Prof. Doutor Joaquim Antero Romero Magalhães

Magnífico Reitor,

Senhor Embaixador da República de Moçambique,

Senhor Director-Geral do Ensino Superior, Colegas,

Estudantes,

minhas Senhoras e meus Senhores:

A História só começou a ser leccionada no ensino superior em Portugal em 1858, por iniciativa e a expensas de D. Pedro V. No ano seguinte o governo criaria também em Lisboa o Curso Superior de Letras, que ampliava a iniciativa do monarca. Foi o primeiro lente proprietário da cadeira de História Luiz Augusto Rebello da Silva (1822-1871), que iniciou a escrita de uma *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*¹, onde se preocupou com bastantes aspectos da vida económica. Deve-se-lhe essa atenção ao passado da produção, circulação e distribuição da riqueza no tempo, como se lhe devem compêndios de economia política, economia agrária e economia industrial². De um modo ainda um tanto elementar, entendia que era indispensável desvendar as condições

económicas do passado para explicar a vida presente. Como entendia que a História não chega à compreensão do passado sem conhecer a vida material revoluta. Assim, com Rebello da Silva a História e a história económica, em simultâneo, pareciam ter um excelente arranque académico. Porém, os outros professores do Curso Superior de Letras não se preocuparam com a história económica – tampouco com escrever História³. Limitavam-se a um “brilhantismo retórico que escondia um real balofismo científico⁴”.

História do Direito Pátrio, ensinava-se na Faculdade de Direito, embora o seu desenvolvimento temático – a julgar pelo longo compêndio de Manuel António Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a História do Governo e da Legislação de Portugal* (1ª edição de 1835, 7ª edição de 1896) –, não permita imaginar que provocasse a curiosidade dos estudantes para a História. A Economia Política era então ensinada na Faculdade de Direito de Coimbra e nas Politécnicas de Lisboa e Porto – mas não se lhe ligava qualquer estudo de História.

Será, pois, fora dos estudos superiores formais que a história económica vai fazer o seu caminho. Em especial sendo marcada pela torrencial produção de Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894)⁵. Muitos dos

1 Luiz Augusto Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1871.

2 *Compendio de economia política: para uso das escolas populares creadas pela lei de 27 de Junho de 1866*. 2ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional, 1883; Idem, *Compendio de economia industrial e comercial para uso das escolas populares: creadas pela lei de 27 de Junho de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868; Idem, *Compendio de economia rural para uso das escolas populares creadas pela lei de 27 de Junho de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. Par do Reino presidiu a uma comissão que elaborou uma recolha de dados estatísticos sobre a agricultura, tendo redigido uma notável *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865. Parte I (De 1097-1640)*. Redigida por ordem da comissão de estatística rural. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. Comissão presidida por Rebello da Silva e composta por Rodrigo de Moraes Soares, Silvestre Bernardo de Lima, Joaquim Henrique Fradesso da Silveira e Venancio Augusto Deslandes.

3 Embora se dedicassem à sua divulgação e à elaboração de compêndios escolares. Sérgio Campos Matos, “O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: projectos em confronto (1858-1901)”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, 1, pp. 385-387.

4 A. H. de Oliveira Marques, “Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)”, sep. da *Revista Ocidente*: Lisboa, 1970, p. 10.

5 J. P. Oliveira Martins, *História da Civilização Iberica*. Lisboa: 1979; Idem, *Historia de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1879; Idem, *O Brazil e as colónias portuguesas*. Lisboa: 1880; Idem, *Portugal nos Mares*. Lisboa: 1889.





problemas debatidos pela historiografia portuguesa desde então, têm raízes nos seus escritos: “compreendê-lo é compreender-nos, porque está nele como que o germe – e mais que o germe – do estado de espírito que nos caracteriza; a sua obra – de historiador, de político e de economista – marca o campo em que vai mover-se o pensamento da geração moderna.” E como António Sérgio destaca, a Oliveira Martins se deve o esboço do “esqueleto económico da história de Portugal⁶”.

O “verdadeiro criador da história económica em Portugal” foi Alberto Sampaio (1841-1908)⁷. Os seus principais estudos formam um notável conjunto de investigações e reflexões sobre o passado remoto da vida material no território⁸. Na mesma linha de procura de compreensão da sociedade portuguesa no passado destaca-se António de Sousa e Silva Costa Lobo (1840-1913) com a primorosa *História da Sociedade em Portugal no século XV*⁹. Precursor do raciocínio económico que não dispensa o contributo da história encontra-se em Bazílio Telles (1856-1923). De um modo paradigmático, apresentou questões históricas para arquitectar a construção de propostas económicas reformadoras¹⁰. Todavia, foi limitada a sua influência, não tendo provocado uma corrente de pensamento ou de investigação histórico-económica.

Outro tipo de pesquisas resultava de trabalhos de oficiais da armada e gente empenhada na administração colonial. No âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa prepararam-se obras e investigações relevantes, muitas delas ligadas à participação portuguesa na delimitação interna da África na Conferência de Berlim de 1885, no centenário da descoberta da América por Cristóvão Colombo de 1492, e

depois na grande comemoração nacional do Centenário da Índia em 1898.

Não por acaso as Faculdades de Letras serão obra da República proclamada em 5 de Outubro de 1910. Criação empreendida por António José de Almeida: ao novo regime coube fazer entrar as Humanidades nas universidades portuguesas. Que iam avançar, sem grandes condições à partida. À falta de melhor, o ensino da História na Faculdade de Letras de Coimbra nos seus primeiros anos valeu-se de lentes da extinta Faculdade de Teologia adrede reciclados, teólogos que se viram “compelidos a literatos¹¹”. Ao serviço das disciplinas de História leccionaram ainda lentes de Direito, sem terem deixado marcas. De todos eles nenhum se interessaria por questões específicas de história económica – embora Paulo Merêa (1889-1977) tenha dado contributos decisivos. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), doutor em Letras, preferiu os domínios da história da cultura.

Não mais bem preparados se revelavam os professores que iniciaram os trabalhos na também nova Faculdade de Letras de Lisboa – que continuava o Curso Superior de Letras. Dos seus docentes de História, nem José Maria de Queiroz Veloso (1860-1952) nem Manuel Oliveira Ramos (1862-1931) ou Agostinho Fortes (1869-1940), depois sucedidos por Francisco Reis Santos (1862-1942), Manuel Heleno (1894-1970) e Mário de Albuquerque (1898-1975), nenhum deles se ocupou em estudar matéria confinante com o que se pode considerar a história económica.

Na Faculdade de Letras do Porto, fundada em 1919, também nenhum dos professores ensinou qualquer disciplina relacionada com a história económica. Aliás, historiadores foram só Damião Peres (1889-1976) e Artur de Magalhães Bastos (1894-1960). Damião

6 Oliveira Martins, *Dispensos*. Ed. António Sérgio e Faria de Vasconcelos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923-1924, vol. I, pp. IV e XIII.

7 A. H. de Oliveira Marques, *Antologia da Historiografia Portuguesa. II – De Herculano aos nossos dias*. Mem Martins: 1975, Publicações Europa-América, p. 54.

8 Alberto Sampaio, “As vilas do Norte de Portugal” e “As póvoas marítimas”, *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Lello & Irmãos Limitada, 1923.

9 António de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: 1903.

10 Bazílio Telles, *O problema agrícola (Crédito e imposto)*. Porto, Livraria Chardron, 1899; Idem, *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chardron, 1901.

11 Pinharanda Gomes, *A “Renascença Portuguesa” – Teixeira Régio*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, p. 36.

Peres apesar de ter estudado numismática – ficou-se então por um ensino muito brilhante de História dos Descobrimentos e por uma notável actividade editorial.

A história económica não interessou, pois, os eruditos que primeiro ensinaram nas Faculdades de Letras portuguesas. Publicação de documentos: parece ter sido essa a vocação primeira dos professores universitários portugueses de História até aos anos Quarenta – e mesmo depois. Era um “mero eruditismo, estreitamente arquivístico¹²”, sem problemáticas, sequer com investigações indagadoras de realidades mais complexas, ignorando a vida material ou as estruturas e conjunturas, e os fundamentos dos grupos e classes da sociedade, fugindo de interpretações: em resumo não curando daquilo a que se chama História. Porque os documentos que publicam e procuram esses mestres são os que permitem descobrir acontecimentos olvidados. Documentos que só por excepção podiam servir à construção da história económica: a esta interessam “não os factos individuais mas sim fenómenos estatísticos – fenómenos de massa, de grandes números¹³”. Como lhe interessam ainda os elementos qualitativos reveladores da vida material que a documentação transmite.

Manifestações do arranque escolar da história económica – e apenas a apontar

campos de trabalho e a revelar a expressão de ideias económicas no passado – ficaram a dever-se a um professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa: Moses Bensabat Amzalak (1893-1978). A partir de 1920 publicou pequenos opúsculos, que terão chamado a atenção para a necessidade de se estudarem esses temas. A um conjunto pôs mesmo a designação genérica de *A economia política em Portugal*. Aí enuncia aspectos do pensamento económico e dos respectivos autores, do mercantilismo à fisiocracia, não ultrapassando porém o limiar do século XIX¹⁴. A Amzalak – homem grado da comunidade judaica de Portugal, a que presidiu, e da Universidade Técnica de Lisboa, de que foi Reitor – deve-se esse sinal da necessidade de os economistas conhecerem a história económica¹⁵. No que não terá sido muitas vezes ouvido.

Talvez por força das dificuldades sentidas no *post*-Primeira Guerra, aspectos da vida económica começarão a ser referidos nas obras que se publicavam: pelos anos de 1922 a 1929, editava Fortunato de Almeida (1869-1933) a sua *História de Portugal*¹⁶. E nela não deixou de dedicar alguns capítulos à fazenda pública, ao desenvolvimento e à actividade económica. Embora mais atento à informação colhida nos textos jurídicos do que na análise da realidade social, a verdade é que o professor do liceu de Coimbra deu um notável impulso ao conhecimento do

12 António Sérgio, citando expressão atribuída ao Conde de Keyserling acerca dos portugueses: *apud* J. Montezuma de Carvalho, *António Sérgio a obra e o homem*. Lisboa: Arcádia, 1979, pp. 263-264.

13 Vitorino Magalhães Godinho, *A crise da História e as suas novas directrizes*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, [s. l. d.], p. 83.

14 Moses Bensabat Amzalak, *A salicultura em Portugal. Materiais para a sua História* (1920). Lisboa: Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa, 1920 (200 exemplares); Moses Bensabat Amzalak, *As feiras em Portugal. Notas históricas* (1921). Lisboa: Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa, 1921 (150 exemplares). Moses Bensabat Amzalak, *O economista José Accursio das Neves I. Biobibliografia; O economista José Accursio das Neves II. Doutrinas económicas; O “cálculo sobre a perda de dinheiro do reino” de Alexandre de Gusmão; Nota sobre um escrito económico do desembargador José Vaz de Carvalho; D. Luís da Cunha, como economista; O diplomata Duarte Ribeiro de Macedo e os seus discursos sobre Economia Política; O economista Isaac Pinto. Nota Biobibliográfica; O Fisiocratismo. As Memórias Económicas da Academia e os seus colaboradores; Os estudos económicos de Manuel Severim de Faria; O economista Duarte Gomez Solis; O Fisiocratismo. José Joaquim Rodrigues de Brito; Francisco Solano Constâncio e os seus estudos de Economia Política; As memórias económicas de António de Araújo Travassos* (150 exemplares cada).

15 Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los comércios de las dos Indias*, Lisboa, 1943 (175 exemplares); *Alegacion en favor de la compañía de la India Oriental. Comercios ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*, Lisboa, 1955 (175 exemplares); José de Abreu Bacellar Chichorro, *Memoria Económico Política da Província da Extremadura*, Lisboa, 1943; O “despertador da agricultura de Portugal” e o seu autor o intendente D. Luiz Ferrari Mordau, Lisboa, 1951.

16 Fortunato de Almeida, *História de Portugal*. Coimbra: Editor Fortunato de Almeida, 1922-1929, vols. I, III e V.





nosso passado. Aspectos económicos passavam a figurar como indispensáveis. Fortunato de Almeida, que ideologicamente não destoaria na Faculdade de Letras, no entanto permanece como encarregado da metodologia de História e Geografia na formação de professores na Escola Normal Superior¹⁷. Enquanto isso, não se assistia a uma mudança na orientação dos estudos de História: os mestres mantinham-se estranhamente preocupados apenas com o domínio da erudição e com aquelas disciplinas a que chamavam as ciências auxiliares – em que justamente pontificava António de Vasconcelos (1860-1941), longos anos professor e director da Faculdade.

“Importa desenvolver a epigrafia, a numismática, a paleografia, a esfragística, – difundindo o seu conhecimento, vincando o seu enorme valor histórico, dando-lhe o lugar de primazia, que lhes compete, sempre útil, quando não indispensável.” Assim se lê, pela pena de Mendes dos Remédios, no número inaugural de *Biblos. Boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*: nem seria *Biblos*, em 1925, senão boletim da sua biblioteca. Modéstia. Vinha como que a medo, não fosse faltar alguma coisa àquele “organismo incipiente e sem raízes em próximo passado”, com confessado difícil arranque, “pela força imperiosa das circunstâncias, derivada da agitação e instabilidade do momento”. Faculdade que muitos supuseram que não passaria de uma “temeridade de falência inevitável”¹⁸.

A estimulante chamada de atenção para a necessidade do estudo da história económica parece dever-se a um ensaísta, sem dúvida

um instigador de pesquisas, um arquitecto de problemas e de problemáticas e ao mesmo tempo um temível polemista: António Sérgio. Que não sendo um historiador, enorme relevo deu à história, desde pelo menos 1915 e das suas provocadoras *Considerações histórico-pedagógicas*, editadas pela “Renascença Portuguesa”¹⁹. A tensão polémica historiográfica e ideológica conjugadas concretiza-se na terceira década do século Vinte, quando publica o seu primeiro tomo de *Ensaios*. Nessa obra se inclui “A conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não-romântica do texto de Azurara)”, determinante para explicar os factores económicos do início da expansão portuguesa. Que tradicionalmente era visto como “o de uma operação guerreira de gentes d’algo, a brandir um golpe no islamita”²⁰. Partindo de uma leitura da narrativa da tomada da cidade marroquina do Estreito por um exército português em 1415, Sérgio postula que a expansão portuguesa – o império e a colonização – têm de ser vistos como uma realidade económico-social. E não em exclusivo, nem sequer predominantemente, como resultado da estratégia militar de algumas personagens. Ao propósito dos infantes da inclita geração de combate pela Fé e pela destruição dos Mouros (que normalmente se aceitava como eixo explicativo), substitui-se a motivação da burguesia dos portos marítimos europeus e portugueses pelo desvio em seu proveito do comércio africano e oriental que atingia Ceuta. Sérgio acrescenta ainda a atracção pela importação de cereais de que Marrocos dispunha e em que Portugal era de há muito deficitário.

17 Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1990, p. 283.

18 Mendes dos Remédios, “A que vem *Biblos*”, in *Biblos. Boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Faculdade de Letras, vol. I, nº 1, Janeiro de 1925, pp. 1-4.

19 António Sérgio, *Considerações histórico-pedagógicas*. Porto: Edição da “Renascença Portuguesa”, 1915. Sérgio dirige uma colecção intitulada Biblioteca de Educação: nessa colecção propunha uma secção designada *Biblioteca popular de história económica e social*. “Constituí-la-iam uma série de interessantes documentos sobre a nossa história económica e social.” O que por então não aconteceu. Vd. *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto (1911-1919)*. E. Rogério Fernandes. Lisboa: Revista do Ocidente, 1972, o. 37. Sérgio manterá essa ideia, retomando-a mais tarde num volume que sairá das oficinas gráficas da Imprensa Nacional: *Antologia dos Economistas Portugueses. I. Obras em Português, Século XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.

20 António Sérgio, *Ensaios*, tom. I, Rio de Janeiro – Porto, Anuario do Brasil – Renascença Portuguesa, 1920, p. 283; em 1925, na revista *Lusitania* regressa ao assunto com “Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal”, republicado em *Ensaios*, tom. IV, Seara Nova, 1934.

Mais: o ensaísta vai interpretar a expansão portuguesa combinando dois conceitos que designa como “política de transporte” e “política de fixação”²¹. No texto seminal sobre esta distinção considera que a actividade da conquista e a política de transporte seriam opostas à política de colonização. A actividade fomentadora do desenvolvimento dos territórios coloniais devia-se à fixação de populações e à criação de riqueza pelo trabalho agrícola. Negando a função primordial do transporte de bens pelo comércio que configurava uma rapina. Voltou o notável pensador a esta linha de raciocínio, uma e outra vez²².

Com o ensaio sobre a tomada de Ceuta, influi logo Sérgio nas investigações de David Lopes (1867-1942)²³ e de Jaime Cortesão (1885-1960)²⁴. Nas objecções e críticas que lhe opuseram soube apreciar e destacar diferenças e a originalidade das explicações apresentadas. Mesmo quando contrariando as suas hipóteses. Mas Sérgio, do seu exílio em Paris, ainda tem que responder à dissertação de Mário de Albuquerque para doutoramento em Ciências Históricas pela Faculdade de Letras de Lisboa, *O significado das navegações*. Para esse crítico, não era de atribuir a um grupo social o início da expansão portuguesa, que se deveria à pessoa do Infante D. Henrique e ao seu “desejo de irradiar a fé, de transaccionar produtos, de saber o que existia para além do Bojador, e a necessidade de medir forças com os mouros [...]”. Assim retomando Zurara

à letra: muito na moda dos anos Trinta esta procura de chefes para explicar os acontecimentos – tempos de exaltação do *duce*... Neste caso realçando a “imaginação cristã” de D. Henrique que o autor considera coincidente com “as mesmas normas que orientaram os pontífices.” Na obra de Albuquerque surgiam sugestões estimulantes, embora carecesse de suporte em investigação arquivística²⁵.

Sérgio responderá, com o entusiasmo polémico que põe em todos os seus escritos, desmontando os mecanismos retóricos do adversário. Tratava-se de um ataque que não se confinava às questões históricas: “Reaccionário, deixou-se alucinar pelos rancores políticos, e fez-me uma crítica alucinada e turva, cheia de escapachos e de alçapões: crítica atrabiliária, de refutação facilíma [...]”²⁶. E não deixará de registar que o autor foi nomeado professor da Universidade: “Era de esperar, em Portugal”, desabafou Sérgio²⁷. E não seria menos de esperar que a proposta feita por Joaquim de Carvalho para Sérgio leccionar Pedagogia e Didáctica na Faculdade de Letras de Coimbra recebesse negativa do Ministro da Instrução Pública (1933). Recusa que não emociona os professores conimbricenses, que aceitam essa prepotência governamental²⁸. Anos antes se gorara uma outra proposta de Adolfo Coelho para que leccionasse Pedagogia na Faculdade de Letras de Lisboa – dessa vez terá sido o Conselho a recusar a proposta²⁹. Sérgio será várias vezes preso, mas não ensinará em



21 António Sérgio, “As duas políticas nacionais”, de 1924, in *Ensaaios*, tom. II, Lisboa. Seara Nova: 1929, pp. 69-109; António Sérgio, “Ainda a política de Transporte e a política de Fixação”, in *Ensaaios*, tom. III, Porto, Renascença Portuguesa, 1932, pp. 297-303.

22 António Sérgio, *Bosquejo de História de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1923, pp. 26-27; Idem, *História de Portugal*. Trad., Barcelona – Buenos Aires: Labor, 1929.

23 David Lopes, *História de Arzila durante o Domínio Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

24 Jaime Cortesão, *A tomada e ocupação de Ceuta*. Lisboa: Imprensa Lda., 1925; “Os factores democráticos da formação de Portugal”, in Luiz de Montalvor, *História do Regimen Republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, 1932.

25 Mário de Albuquerque, *O significado das navegações e outros ensaios*. Lisboa: 1930, pp. 84 e 86-87.

26 António Sérgio, “Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal”, in *Ensaaios*, tom. III, pp. 229-275.

27 António Sérgio, *Ensaaios*, tom. II. Lisboa: Seara Nova, 1934, pp. 247 e 265, n. (1).

28 António Sérgio no exílio. *Cartas a Joaquim de Carvalho*, sep. da *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História das Ideias, vol. 5, 1983, pp. 1005-1006, 1013 e 1015; João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995, p. 249.

29 António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*. Ed. José Carlos González. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Biblioteca Nacional, 1987, p. 157.



nenhuma Universidade Portuguesa – sim em Santiago de Compostela...³⁰

Sérgio continuaria a propor que a expansão se devia nos seus momentos iniciais à burguesia dos portos portugueses. E não apenas aos abençoados príncipes de Avis. Dizia a gente reaccionária: “Está bem provado que a conquista de Ceuta foi, antes de mais nada, no seu motivo intencional, obra de cristão, para servir a fé cristã.” E mais: “Ver os feitos marítimos dos Portugueses a outra luz que não seja a da expansão da fé católica, a do *serviço de Deus*, como eles próprios diziam, é desvirtuá-los na sua intenção primordial [...]”³¹. Quem isto escreveu foi Alfredo Pimenta (1882-1950) num compêndio escolar aprovado oficialmente para alunos do ensino liceal: *Elementos de História de Portugal*, elementos “integralmente portugueses, irrepreensivelmente católicos.” O seu autor dizia-se “monárquico totalitário e católico.” Dissera-se anarquista e republicano, mas essa é outra história³². Também é outra história que fossem as motivações religiosas dos séculos passados que estavam em causa. E não é possível acusar Sérgio de anti-religioso. A religião era para aqui trazida como despropositado argumento político reaccionário.

As páginas ensaísticas e as polémicas de Sérgio estimularam João Lúcio de Azevedo

(1845-1933) a empreender as suas *Épocas de Portugal económico. Esboços de História* (1929)³³. Para este autor, “em poucos países será tão sensível, como neste nosso, o factor económico na história³⁴”. Finalmente surgia uma história económica de Portugal, embora cronologicamente só fosse até ao século XIX. Partindo de princípios que merecem reserva – qual o da estrutura da obra em ciclos de dinâmica económica a partir de um produto-base: a pimenta, o açúcar, o ouro. Ou numa visão limitada da vida material: qual a “monarquia agrária”, “a jornada de África” ou o “signo de Methuen.” E confinando-se a uma visão comercial do passado. Porém, era uma primeira e meritória tentativa.

Entretanto, e já no exílio – exílio que se prolongaria por trinta anos – Jaime Cortesão escreve uma obra-prima da historiografia portuguesa: *Os Factores democráticos da formação de Portugal*. Nesse texto, de 1930, a afirmação da individualidade política de Portugal vai assentar nas condições económicas do todo do território, consideradas as articulações das suas diversas partes. A emergência de um modo de vida nacional – pelo comércio marítimo a distância, baseado na agricultura, ou seja nos frutos e nos vinhos a que acrescenta o sal, – configura a revolução do século XIV e a expansão ultramarina³⁵. Curiosamente o texto de Cortesão não desencadeou tamanhas fúrias quanto os de Sérgio. E deles

30 António Sérgio no exílio. *Cartas a Joaquim de Carvalho*, pp. 1008-1011; cursos livres de História de Portugal e de Literatura Portuguesa: in Jacinto Baptista, *Disse chamar-se António Sérgio de Sousa... Auto da prisão, inquirição e desterro do autor dos Ensaios em 1935*. Lisboa: Caminho, 1992, pp. 61-62: prisões em 1933, 1935, 1948 e 1958; António Ventura, “António Sérgio e António Augusto Ferreira de Macedo. Marcos de um convívio epistolar (1919-1949)”, in João Medina, Sérgio Campos Matos, António Ventura, *Estudos sobre António Sérgio*. Lisboa: INIC, 1988, p. 85.

31 Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1936, pp. 124-125.

32 Apud João Paulo Freire (Mário), *O aldrabão Pimenta e a sua “História”. Análise contundente às parvoíces insanáveis dum megalómano mental*. Lisboa: Edição do Autor, (1934), pp. 28-29; A. Botelho da Costa Veiga, *Questões Históricas*, vol. I. Lisboa: [s. / e.], 1937; o mais interessante será Leonardo Coimbra, “A autópsia de um imbecil – o sociólogo Alfredo Pimenta”, in *Dispensos. V. Filosofia e Política*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994, pp. 56-67. Vd. também Alfredo Pimenta, *Para a História da Academia Portuguesa da História (Com vinte e sete documentos)*. Lisboa: Edição do Autor, 1948.

33 J. Montezuma de Carvalho, *António Sérgio a obra e o homem*, p. 263.

34 João Lúcio de Azevedo, “Notícias de Portugal, de 1578-1580”, in *Lusitania. Revista de Estudos Portugueses*. Lisboa: vol. II, fasc. VII, Setembro de 1924 e vol. III, fasc. VII, Outubro de 1925; Idem, *Anotações à margem de um capítulo de Alberto Sampaio*. Lisboa: Edição da revista “Nação Portuguesa”, 1925, p. 1; Idem, *Épocas de Portugal económico. Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

35 Jaime Cortesão, “Os Factores Democráticos na Formação de Portugal”, in Luis de Montalvor, *História do Regímen Republicano em Portugal*. Lisboa: 1930, vol. I, 1930; reedição em Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

não se afastava substancialmente – e, atento, Mário de Albuquerque não deixa de lhe dedicar um capítulo de crítica³⁶.

A Damião Peres, professor na Faculdade de Letras do Porto (1919-1930) e depois na de Coimbra (1930-1958), deve-se a direcção da *História de Portugal*, dita de Barcelos³⁷. Foi esta obra magna da historiografia portuguesa de iniciativa de professores da Faculdade de Letras do Porto, Faculdade em má hora extinta pela ditadura militar (1928). A história económica mereceu alguma atenção, com três dos capítulos entregues a João Lúcio de Azevedo: abarcando os séculos XII a XVII. De notar que nestes capítulos o autor atente também aos aspectos sociais da economia, o que não fizera nas *Épocas de Portugal económico*³⁸. Ficava entendido que a história económica teria de ser cultivada em paralelo com as demais especialidades possíveis, – como acontecia já com a história da Arte ou a da Literatura. Embora pouco influenciasse os métodos da construção histórica. Menos ainda o ensino. E muito menos ainda os estudos económicos.

Sérgio nunca abandonou a história. Nem desistiu daquilo a que chamou a aplicação do método racionalista³⁹. Em 1941, intentou publicar uma *História de Portugal*, tendo saído ainda o tomo I, que subintitulou de *Introdução geográfica*. Porém, logo ocorreu pressurosa a polícia política a retirá-la do mercado. E não faltaram as críticas. Mais uma vez, era a polémica⁴⁰. Tratava-se de convencer os leitores de que tinha sido a pesca e o sal a desencadear a actividade comercial marítima no território português – actividades que tinham levado a que os

burgueses dos portos se lançassem em transacções com as demais regiões da Europa. A pesca e o sal deviam assim tomar um relevo indispensável nas explicações do passado português. Por essas actividades Portugal “avultava” no comércio internacional – escrevia Sérgio. Mas a ideologia oficial, centrada em Portugal como um país essencialmente rural, queria desmentir essa realidade, que era a de o comércio dos produtos do litoral marítimo lhe ter traçado o destino colectivo. A designação de monarquia agrária dada aos séculos XII a XIV tornara-se como que oficial. Ora o próprio Lúcio de Azevedo e tão cedo como 1926 escrevera: “Posto que os trabalhos da terra fossem a ocupação principal que nesta época distinguia a nação, natural é que em país de tão considerável costa marítima, em relação à superfície total, cedo tomassem impulso as artes náuticas. A pesca primeiramente, em seguida a pequena cabotagem, por fim o tráfego para portos distantes.” Para depois considerar uma como que dualidade: “Enquanto, pois no sertão do país os labores agrícolas constituíam a ocupação do maior número, na beira oceânica desenvolviam-se as indústrias marítimas⁴¹”.

Os grandes ataques à *História de Portugal* deveram-se a que Sérgio não deixava de mostrar como o país andava mal governado. Mesmo o “império” só era aceitável se se destinasse a remir o povo da miséria, pelas melhorias técnicas, pela redistribuição da propriedade, pela planificação económica. “Para uma grei miserável como a nossa é, a primeira faina do “imperialismo” será a de arrancar a sua vida económica do atoleiro de atraso em que tem jazido, libertando o povo

36 Mário de Albuquerque, *O significado das navegações e outros ensaios*, pp. 55-67.

37 Damião Peres (direcção literária) e Eleutério Cerdeira (direcção gráfica), *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1928-1954.

38 Jorge Borges de Macedo, “João Lúcio de Azevedo o seu tempo e a sua obra”, in João Lúcio de Azevedo, *Elementos para a História Económica de Portugal séculos XII a XVII*. Lisboa: Edições INAPA, 1990, pp. XXVII-XXXII.

39 António Sérgio, *Nota de esclarecimento. Com forçados lances de olhos sobre o moi haissable e alegações enjoativas pro domo mea*. Porto: Cadernos de Portucale, 1950, p. 7.

40 António Sérgio, *História de Portugal. I Introdução Geográfica*. Lisboa: Portugal, 1941; Idem, *Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história*. Lisboa: Livraria Portugal, 1941; Sérgio não nomeia o opositor que parece ser J. Preto Pacheco, *A História Sêrgista de Portugal*, Lisboa, Edições Gama, 1941.

41 J. Lúcio de Azevedo, “Algumas notas relativas a pontos de história social”, in *Miscelânea de Estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, pp. 27-28.





da sua indignência e dando-lhe uma nova concepção de vida, uma orgânica nova de cooperação progressiva.” E punha bem à vista a defesa do cooperativismo, pelo qual se batia, conduzindo ao socialismo sem autoritarismo — libertador. Nesse caminho, o conhecimento da história serviria para nos livrarmos do peso do passado. Impunha-se despertar a população portuguesa “do seu sono histórico, mostrando-lhe a realidade do condicionamento económico e convencendo-a da urgência de um exame crítico de todos os costumes que dos avós herdou, neste momento decisivo para a espécie humana que exige dos homens uma modificação profunda do regime da produção e da repartição dos bens⁴²”. Essa chamada à libertação, negando o acatamento da tradição, irritou profundamente os próceres do salazarismo. Alfredo Pimenta, incondicional no serviço do regime, polemiza com António Sérgio a pretexto da *História de Portugal*⁴³. Pouco contende pelo que toca à história, forçando a nota contra tudo o que lhe parece política. Inequívoco confronto ideológico.

Porque não convinha mesmo nada que se lessem coisas tais como: “o povo dos nossos campos desde o final da Idade Média, tem levado uma vida da maior pobreza obrigado a contentar-se com uma alimentação fraquíssima [...]”. E citando Garrett, lá vem a famosa pergunta aos economistas e aos moralistas: “se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, para produzir um rico⁴⁴”. Alfredo Pimenta, em azedíssimo ataque, encerra o seu escrito: “Se eu fosse Poder, mandava-o calar⁴⁵”. Como se o poder precisasse dessa instigação! A começar pelo próprio Salazar, que não gostou nada da obra. Em carta a Alfredo

Pimenta, afirma: “a História do A. Sérgio precisava ainda para honra da inteligência portuguesa, de ser mais demoradamente dissecada do que V.^a Ex.^a pôde fazer no seu folheto.” A que Alfredo Pimenta anui. Não o fizera por razões económicas... Desta vez não teria que se preocupar: a União Nacional comprou 500 exemplares do agressivo papel para distribuir gratuitamente. Pimenta, na sua profunda ignorância política — ou na sua ilimitada malevolência — avançava que o livro continha “propaganda das doutrinas marxistas ou tidas como tais.” E hipocritamente registava que lhe doía o que escrevera sobre António Sérgio... Que estava a denunciar ao todo-poderoso.

Um pouco mais tarde, em 1945, Sérgio escreve o prefácio à *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. A liderança burguesa da revolução de 1383 fica perfeitamente demonstrada (no que em certos aspectos acompanhava Cortesão), mesmo se alguns, pela esquerda marxista ou por ela influenciados — v. g. Álvaro Cunhal (1913-2005) e Joel Serrão (1919-2008) —, pretenderam refutar o que a análise do texto agora avançava⁴⁶. Defendiam uma interpretação que acentuava o carácter popular da revolução. O impulso revolucionário viria da arraia-miúda que não da burguesia cosmopolita dos portos portugueses. Mas ficara assente que se tratava de um profundo conflito social e não apenas de mais uma guerra Portugal-Castela.

As polémicas de Sérgio sobre D. Sebastião e sobre o Portugal Seiscentista, as apreciações acerca de António Vieira e da Viradeira e muitos outros assuntos e problemas, decorrem do seu inegável magistério intelectual. Muitas vezes envolvido em discussões que procurava⁴⁷. Um crítico chegou a rotular de “pedagogismo polemizante” essa permanente

42 António Sérgio, *História de Portugal. Tomo I. Introdução Geográfica*. Lisboa, Livraria Portuguesa, 1941, p. 8.

43 Alfredo Pimenta, *A História de Portugal do Sr. António Sérgio*, Lisboa, Edição do Autor, 1941.

44 António Sérgio, *História de Portugal. Tomo I. Introdução Geográfica*, pp. 211-212 e 217.

45 Alfredo Pimenta, *A História de Portugal do Sr. António Sérgio*, p. 44.

46 António Sérgio, “Prefácio” a Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 1945; Álvaro Cunhal, *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. 2a ed. rev. e aumentada, Lisboa: Estampa, 1980; Joel Serrão, *O carácter social da revolução de 1383*. Lisboa: Seara Nova, 1946; resposta de Sérgio a Joel Serrão in Prefácio, *Ensaio*, tom. VI. Lisboa: Inquérito, [1946], pp. 9-18.

47 Carlos Malheiro Dias, *Exortação à Mocidade*, nova edição, Lisboa, Portugal-Brasil, 1925; António Sérgio, O

disposição de Sérgio – outros referiam o seu “caprichismo polémico”⁴⁸.

António Sérgio como que obrigou toda a investigação a repensar a História de Portugal e a reapreciar os aspectos económicos, a sua expansão e o seu império. Sobretudo. Não que as suas hipóteses de trabalho, as suas propostas de solução fossem sempre originais. Em boa parte retoma ideias de Oliveira Martins⁴⁹. Sequer apela para a utilização de métodos quantitativos. Porém, e talvez pela sua disposição polémica tenha acabado por exercer uma notável influência sobre os estudos históricos. Muitas hipóteses confirmadas ou infirmadas por historiadores de ofício decorrem de sugestões suas ou respondem a hipóteses de Sérgio que esses historiadores consideram inaceitáveis. A influência do ensaísta foi imensa: até João Ameal, na salazarista *História de Portugal* de 1940, não pôde ignorar Ceuta como “baluarte e empório, posição estratégica e centro de comércio.” Nem deixar de referir os *Ensaio*s⁵⁰.

Nos primeiros anos Quarenta a Faculdade de Letras de Lisboa parecia querer iniciar um novo rumo com a contratação de José António Ferreira de Almeida (1913-1981) e de Vitorino Magalhães Godinho (1918). Ferreira de Almeida, notável expositor, dominando a bibliografia mais actualizada, de uma cultura vastíssima, contudo pouco produzirá, quer em Lisboa quer mais tarde no Porto, onde terá cátedra de História da Arte. Godinho, pelo contrário, logo publicou os modelares *Documentos sobre a expansão portuguesa*, enquanto preparava trabalhos de maior

fôlego⁵¹. Mas em breve o poder descobria dever eliminá-lo. Não estaria em falta Alfredo Pimenta, o denunciante de serviço, que na sua correspondência para Salazar bem o avisa que na *Biblos*, o mestre Sílvio Lima (1904-1993) – que já estivera afastado por motivos políticos de 1933 a 1942 – escrevera sobre “um tal Vitorino Magalhães Godinho, escritor-exponente do mais nefasto doutrinariismo. É este professor da Faculdade de Letras de Lisboa. E tem um livro cheio de veneno – *Documentos sobre a expansão portuguesa*, cientificamente nulo, doutrinariamente errado e pecaminoso. Pois este Sílvio Lima exalta-o tanto, que se está a ver a camaradagem ideológica dos dois famosos pioneiros do materialismo histórico”⁵². Pioneiros do materialismo histórico Sílvio Lima e Magalhães Godinho! Não tardou a que a Faculdade arranjasse as coisas de modo a tornar inevitável a saída de Magalhães Godinho. Valeu ao investigador português o Estado francês que lhe proporcionou os meios para trabalhar no CNRS em Paris (1947-1959), continuando os estudos que transformaram o panorama do conhecimento histórico em Portugal.

Enquanto isto em Coimbra, na Faculdade de Direito, com orientação de José Joaquim Teixeira Ribeiro, Armando Castro (1918-1999) e Fernando Pinto Loureiro (1918-1989) iniciaram trabalhos de história económica. Sem continuidade nem repercussão escolar. Na Faculdade de Letras apenas Torquato de Sousa Soares (1903-1988) deu alguma atenção à história económica –



Desejado. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924; António Sérgio, *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado*. Lisboa: Seara Nova, 1925. Em defesa da posição irracionalista de Malheiro Dias, João Bigotte Chorão, *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: ICLP, 1992, pp. 61-83.

48 Joel Serrão, Prefácio a *Prosa doutrinal de Autores Portugueses, 2ª série, António Sérgio*, Lisboa, Portugalíia Editora, s. / d., p. XLIII; António José Saraiva, *O caprichismo polémico do Sr. António Sérgio*, Porto, Edição do Autor, 1952; Jorge Borges de Macedo, “As polémicas de António Sérgio”, in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras, vol. 5, 1983.

49 Vitorino Magalhães Godinho, “A divisão da história de Portugal em períodos”, in *Ensaio*s, II. *Sobre História de Portugal*. 2ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 8; cuidadoso resumo das principais ideias defendidas por Sérgio nas suas obras em Victor de Sá, *A historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa: ICP, 1979.

50 João Ameal, *História de Portugal das origens até 1940*. 4ª ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958, pp. 179 e 745.

51 Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Gleba, 1943; *Ibidem*, vol. II, 1945; *Ibidem*. Lisboa: Edições Cosmos, 1956; *Idem*, “A România e a crise do século III”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série, 1943; *Idem*, *O Antigo Império Egípcio*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, Lda., [1944].

52 *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência 1931-1950*, Lisboa: Verbo, 2008, pp. 137-139 e 187.



provavelmente por leitura de Marc Bloch – tendo mesmo Charles Verlinden (1946-1947 e 1947-1948) e depois Yves Renouard (1949-1950 e 1950-1951) vindo reger cursos de história económica e social da Idade Média⁵³. Com pouco proveito. O próprio Torquato Soares estiolou na anotação exaustiva a Gama Barros⁵⁴, – e as suas aulas dificilmente podiam motivar os estudantes. Por esse tempo, em 1953, Armando Castro vê recusada a sua candidatura à docência na nova Faculdade de Economia do Porto.

A história que se escrevia em Portugal ia progredindo, actualizando métodos e repensando problemas, levantando novas temáticas, apurando questões. Mas quase sempre fora da Universidade. Basta recordar que nela não ensinaram Jaime Cortesão, Veiga Simões (1888-1954), Duarte Leite (1864-1950), Fontoura da Costa (1869-1940), Gago Coutinho (1869-1959), Armando Cortesão (1891-1977) e uns tantos mais. Por ela passou fugazmente António José Saraiva (1917-1993), sequer nela teve lugar Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980) antes de 1974.

No entanto e apesar do atraso que as limitações políticas desse tempo explicam, no meio académico português as novas ideias sobre história económica acabavam por ser conhecidas e iam sugerindo alguns trabalhos⁵⁵. Enquanto outras influências, nomeadamente ideológicas, também levavam alguns a quebrar o espartilho da só publicação erudita de documentos. Os anos Quarenta veriam aparecer gente nova rumando a uma outra história que não se revelava, bem ao invés, contrária às urgências da cidadania. Se Vitorino Magalhães Godinho teve que se expatriar, os

que ficaram não tiveram boas condições de trabalho. A dissertação de licenciatura de Jorge Borges de Macedo (1918-1992), apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa em 1945, esperou por 1951 para ser editada: *A situação económica no tempo de Pombal*⁵⁶. O trabalho de Fernando Piteira Santos (1918-1992) sobre a revolução liberal de 1820 – apreciado em 1950 e editado em 1962 – teve uma circulação restrita, logo retirado do mercado⁵⁷. Joel Serrão dispersou-se por vários campos, nomeadamente pela Filosofia, construindo importante obra. Realizada porém sem continuidade, pois se viu limitado durante muitos anos como professor de Liceu.

Entretanto Virgínia Rau (1907-1973) licenciara-se com os *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas* (1943), doutorando-se com as *Sesmarias medievais portuguesas* (1946). Não obstante as fortes restrições que aos seus trabalhos se levantam, deve-se-lhe ter avançado por um novo campo de estudos. Foi-lhe permitido interessar-se pela história económica, e em 1951 apresentou a concurso para professora extraordinária uma dissertação sobre *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*. Nessa obra, com prudência, não deixa de citar António Sérgio e de referir a polémica travada a propósito da relevância da agricultura no Portugal medievo – embora sem tomar posição. E não suscitou as iras dos defensores da ortodoxia estadonovense. Virgínia Rau incitou discípulos para que tratassem temas de história económica. A corrente académica que sob a sua orientação se lhes dedicou ficou sempre muito distanciada de qualquer problemática que pudesse torná-la suspeita por posições sobre as questões “escaldantes” do tempo que se vivia.

53 Charles Verlinden, *Introduction à l'histoire économique générale*, Coimbra, Atlântida, 1948; João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*, pp. 60-61.

54 Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal dos séculos XII a XV*. 2ª edição por Torquato de Sousa Soares em 11 volumes. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954.

55 Vitorino Magalhães Godinho, *A crise da história e as suas novas directrizes*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1946.

56 Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*. Porto: Portugalíia, 1951.

57 Fernando Piteira Santos, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1975.

Algumas destas matérias haveriam de passar para as lições; mas a verdade é que persistia a ausência de cursos monográficos. Mesmo um deputado da União Nacional e futuro ministro das Finanças (1950-1955), Artur Águedo de Oliveira, se insurge na Assembleia Nacional, em 1947, contra a inexistência de estudos de história económica nas Faculdades de Letras⁵⁸. O Senado da Universidade de Coimbra agradece a intenção – e nada faz... O que significa que já então não era no poder político que estava o impedimento a essas investigações. Com poucas excepções, aquela parte do corpo docente que se podia inclinar para estes temas não tinha preparação nem sentia apetência que não fosse pelas especialidadezinhas a que posposamente chamava ciências auxiliares... Embora já alguns, mais ousados, se lançassem como autodidactas a aprender com a historiografia francesa então no auge. Sem qualquer estímulo, como confessa António de Oliveira (1931): havia “aprendido um método de crítica documental e uma escrupulosa atitude perante o pormenor, mas não tinha chegado à percepção das novas concepções historiográficas que estavam em curso⁵⁹.”

Para além do período medieval ainda se tornava arriscado pensar em estudos de história económica? Talvez. Fosse como fosse, a história moderna e contemporânea estava concentrada numa só cadeira e em Coimbra o seu regente caprichava em indizíveis historietas. Damião Peres, apesar de reger numismática (de 1931 a 1959),

nunca integrou os seus valiosos trabalhos num panorama de história económica⁶⁰. Nem parece ter marcado a qualidade do ensino na Faculdade, tampouco instigando a feitura de dissertações. Embora se mantivesse o seu grande prestígio de prelector na História dos Descobrimientos. Também o passado material dos portugueses não interessou os outros professores da Faculdade de Letras, estimáveis eruditos, editores de documentos: Mário Brandão (1900-1995), Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), atraente comunicador, Avelino de Jesus da Costa (1904-2000). Salvador Dias Arnaut (1913-1995), depois de estimulantes estudos de história política deixou de curar de investigações.

Precisamente em referência aos anos Cinquenta, quem os viveu considera que houve um retrocesso no ensino da História em Coimbra⁶¹. Não nos domínios da história da cultura, há que ressaltar, onde ao magistério de Joaquim de Carvalho (1892-1958) se sucederam, os de Miguel Baptista Pereira (1929-2007) e de José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) e, sobremaneira, o de Maria Helena da Rocha Pereira (1925) – que se tornou paradigmático do que se deveria esperar do ensino das Humanidades. Em Lisboa sobressaíam Vitorino Nemésio, Maria de Lourdes Belchior e Manuel Antunes. Pelo que tocava à história económica, aí inovadoras pesquisas estavam a avançar. A. H. de Oliveira Marques (1933-2007) estudava a *Hansa e Portugal na Idade Média* (1959) e a *Introdução à História da agricultura em*



58 João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico. 1911-1974*, p. 79.

Na bibliografia de Artur Águedo de Oliveira destaca-se: *O Vinho do Porto nos tempos clássicos*. Lisboa: Portugal, 1941; *Apointamento sobre uma grande administração de há 393 anos*. Lisboa: Portugal, 1944; “Um estudo sobre o centeio”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*. Lisboa: nº 7, 1948; *Orçamento do Estado da Índia: 1574: feito por mandado de Diogo Velho, Vedor da Fazenda da Índia*. Lisboa: [Bertrand] 1960.

59 António de Oliveira, “As Histórias da minha geração: uma perspectiva historiográfica”, in *Estudos em Homenagem de Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 86.

60 Destaca-se o *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto*, Porto, Museu Municipal do Porto, 1924; *História monetária de D. João III: subsídios para a história portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1957; *Casas da Moeda restabelecidas ou projectadas em Portugal-Metrópole e no Brasil durante a Restauração*. Lisboa: [s.n.], 1959; *O Conselho da Fazenda e as alterações monetárias do reinado de D. João IV*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1959; *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português*. Lisboa: Casa da Moeda, 1963-1964-1969; *História dos moedeiros de Lisboa como classe privilegiada*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1964-1965; *História do Banco de Portugal - 1821-1846*. Lisboa: Banco de Portugal, 1971.

61 António de Oliveira, “As Histórias da minha geração: uma perspectiva historiográfica”, p. 93.



Portugal. *A questão cerealífera durante a Idade Média* (1962)⁶²; Jorge Borges de Macedo, já convertido e formatado pelo figurino político recomendável, apresentava-se a doutoramento com *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII* (1963)⁶³.

Se a herança intelectual de Sérgio marcou toda a investigação, pode considerar-se que foi Vitorino Magalhães Godinho que melhor soube partir desse patamar. Além de outras influências, juntará a sua imensa erudição com a originalidade dos contributos da escola histórica francesa que busca a sua razão de ser na pluridisciplinaridade teórica dos *Annales*. De 1947 e da *História económica e social da expansão portuguesa ao Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII-XVIII* de 1990⁶⁴, fica evidente que a história económica lhe é central como metodologia, como contexto para os seus utensílios mentais operarem e como via de raciocínio e apresentação de problemática. E dentro da História Económica, papel de destaque reserva ao tratamento das séries de preços e outros dados quantitativos – quando os há, e pode haver⁶⁵. Influenciado directamente pelos grandes mestres como Lucien Febvre e Fernand Braudel, os seus trabalhos resultam de reelaboração numa confluência de saberes, em que a formação multidisciplinar se destaca: da Filosofia, da Geografia, da Economia, da Sociologia, das Ciências Sociais em geral. Na sua obra há uma hábil e original combinação de ferramentas mentais. Sempre com relevância para a história económica, seus

métodos, problemas e explicações. Pela sua originalidade e profundidade de análise destaca-se como um dos grandes mestres da historiografia contemporânea – e não apenas da portuguesa. E nunca renunciando ao seu empenhamento cívico. A Vitorino Magalhães Godinho se deve ter lançado bem cedo a temática das descolonizações quanto a das colonizações⁶⁶.

Outro significativo embate de posições ideológicas e históricas opostas começou em 1960. Foi esse o ano da glorificação do Infante D. Henrique pelo regime salazarista. Em montagem de apropriação política de uma figura da história, as “Comemorações Henriquinas” exaltaram o príncipe quatrocentista de modo a que o império português em África – à beira de implodir – fosse celebrado como continuidade histórica. Nele colaboraram muitos e bons historiadores, de todo o universo historiográfico. Entre outras muitas realizações editoriais de mérito, devem recordar-se os *Portugaliae Monumenta Cartographica*, dirigidos por Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1920-1982). Foi então encomendada a Vitorino Magalhães Godinho uma obra que levaria o título de *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Tratava-se de uma escolha óbvia, visto que o autor recentemente defendera em Paris a tese de doutoramento de Estado sob direcção de Fernand Braudel e voltara ao ensino universitário em Portugal (1959)⁶⁷. No entanto, recusaram a obra.

62 A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: Edição do Autor, 1959; Idem, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

63 Jorge Borges de Macedo, *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Quercus, 1982. 1ª ed. de 1963, defendida em 1964. Sobre alguns aspectos da Faculdade de Letras de Lisboa, vd. A. H. de Oliveira Marques, António José Saraiva e Vitorino Magalhães Godinho, “A situação da Faculdade de Letras de Lisboa (Alguns aspectos)”, in *Revista Ocidente*, vol. LXXVIII, Maio de 1970.

64 Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955; Idem, *O “Mediterrâneo” Saariano e as Caravanas do Ouro. Geografia económica e social do Sáara Ocidental e Central do XI ao XVI século*. São Paulo: Revista de História, 1956; Idem, *L'économie de l'Empire Portugais aux XVe-XVIe siècles – l'or et le poivre. Route de Guinée et Route du Cap*. Paris: SEVPEN, 1970; a versão portuguesa intitulou-se *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Arcádia, 1963-1972; Idem, *Introdução à História Económica*. Lisboa: Livros Horizonte, s. / d.; Idem, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; Idem, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

65 Idem, *Introdução à História Económica*, pp. 89-95.

66 Vitorino Magalhães Godinho, “Dúvidas e problemas de história da expansão”, in *Ensaios, II, Sobre História de Portugal*, pp. 87-124 além de outros ensaios incluídos no mesmo volume.

Já em 2008, Magalhães Godinho conta o sucedido com o preposto de Salazar para as comemorações, Doutor Caeiro da Matta. A grande questão era ideológica. Mais uma vez, tudo girava em torno de se saber se a expansão portuguesa e os primórdios da colonização e do império tinham exclusivas motivações de proselitismo religioso – como convinha ao salazarismo – ou uma multiplicidade de motivações e de razões. E quais deveriam ser considerados os factores políticos, económicos, sociais e religiosos para explicar a expansão portuguesa. O que impunha que se tratasse centralmente de razões económicas. Magalhães Godinho na sua obra-prima mostra bem a conjugação dos vários elementos, analisando motivações, nomeadamente religiosas, que só pela história das mentalidades se conseguem atingir.

Os opositores à publicação do trabalho tinham toda a razão ao excluí-lo da comemoração henriquina⁶⁸. Porque se mostrava que as coisas não tinham sido como a historiografia tradicional pretendia. Exaltar a castidade e mesmo a virgindade de D. Henrique e outras frioleiras pareceria a alguns bem mais importante do que as motivações e as razões do empenhamento dos grupos sociais ao iniciar-se a expansão ultramarina. Uma das coisas que também chocou os veneradores do Infante foi ter Magalhães Godinho apeado o seu herói do pedestal de tudo lhe ser atribuído. Porque as façanhas do Infante foram “um rosário épico, visando a dilatação da fé, da soberania nacional e da cultura. As compensações materiais foram ou factor instrumental ou então causa final de segundo plano.” O Infante seria, na escrita do papa Nicolau V “intrépido atleta e soldado de Cristo.” O ataque visa a análise operada com uma nova metodologia para redefinir a figura e a obra

do Infante. Como alguém escreveu os “avariados juízos históricos [de Magalhães Godinho] nem sequer nos incomodariam se não fossem perniciosos junto dos impreparados e desprevenidos⁶⁹”. Esse crítico, que pelo nome não perca, no ano seguinte (1961) seria contratado para docente da Faculdade de Letras do Porto! Era de calcular, quando eram impedidos de a ela concorrer Joel Serrão, Joaquim Barradas de Carvalho e João Bénard da Costa...⁷⁰

Se em 1960 se revelou a tensão ideológica e historiográfica ainda persistente, o choque violento dar-se-ia um pouco mais tarde. E seria um conflito grave com um dos historiadores que mais honrarias mereceu nas comemorações henriquinas, o britânico Charles Ralph Boxer. Autor tido como amigo de Portugal (*id est* apoiante de Salazar), com posições inofensivas e devidamente sustentadas. Que recebera bons apoios ao longo dos anos. Porém, e não muito depois da exaltação henriquina, teve a coragem de escrever sobre as relações raciais no império português – *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825* (1963) – só traduzido em 1977⁷¹. Esse pequeno volume levantou contra ele todas as fúrias oficiais. Porque negava a tese oficial do anti-racismo na colonização portuguesa...

A guerra colonial iniciara-se em 1961 e o regime encontrava-se em conflito no exterior e vigilante no interior. E procurou defender-se do que considerou um violento ataque. Quiseram retirar a Boxer as condecorações que antes a sua obra lhe valera. Mesmo velhos e bons amigos – como Armando Cortesão e Gilberto Freyre – com ele cortaram. Discutiram aciadamente quantos apoiavam o regime, com honrosas excepções, como a do Almirante Teixeira de Mota⁷². O texto da resposta do historiador



67 Idem, *L'économie de l'Empire Portugais aux XVe-XVIe siècles – l'or et le poivre. Route de Guinée et Route du Cap*. Paris: SEVPEN, 1970; a versão portuguesa intitulou-se *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Arcádia, 1963-1972.

68 Idem, *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1962.

69 Sérgio da Silva Pinto, “O pseudopedestal do Infante D. Henrique e o Prof. Magalhães Godinho”, sep. do jornal *Praça Nova*, n.ºs 1 e 2, Porto, 1960, pp. 9 e 13.

70 Armando Luís de Carvalho Homem, “Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente,” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: 1987, pp. 301-302.

71 Oxford, Oxford University Press, 1963; saiu tradução portuguesa no Porto, Afrontamento, 1977; Dauril Alden, *Charles R. Boxer. An Uncommon Life*. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, pp. 373-375.

72 Ibidem, pp. 389-390.



acabou por sair em Lisboa, e também na *Revista de História* de São Paulo⁷³. Mas a tal ponto as coisas chegaram que o *The Portuguese Seaborne Empire*, de 1969, também só em 1977 foi traduzido e editado em Português⁷⁴. De *persona gratissima* Boxer passara a *persona non grata* e só voltou a ser devidamente acolhido em Portugal em 1974.

Por esses anos, e por pouco tempo embora, o brasileiro Guilhermino Cesar mostrou aos estudantes de História em Coimbra que as coisas podiam ser diferentes, aconselhando a leitura de autores como Jaime Cortesão ou Capistrano de Abreu ou mesmo o marxista Caio Prado Júnior. Longe das nossas universidades e das suas limitações outros estrangeiros estudaram a história económica portuguesa, como Frédéric Mauro (1921-2003?) e Albert Silbert (1915-1996)⁷⁵. Não deve esquecer-se que à margem da Universidade – como seria de esperar – António Carreira (1905-1988), administrador colonial, tratou com cuidado erudito a economia africana e o tráfico de escravos no Atlântico. Entre os portugueses que foram forçados a fazer a sua preparação no estrangeiro Miriam, Halpern Pereira (1937) dedicou-se à história económica, iniciando uma carreira destacada⁷⁶.

Porém, foi preciso esperar pela agonia e fim do salazarismo, durante os anos Sessenta, para que maior abertura se manifestasse. Alguns sinais houve de mudança: de 1963 a 1971 pôde sair o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Nele foram chamados a colaborar quantos especialistas

havia. No *Dicionário* se abriu caminho para uma muito ampla apresentação de temas de história económica que já se ia instalando na escrita e na reflexão. O que representou uma viragem decisiva na produção historiográfica portuguesa – e não apenas pelo que toca à história económica. As coisas davam mesmo sinais de mudar. Contraditoriamente: nestes anos acentuava-se a repressão sobre os mestres da Universidade. Não se perdoava a quantos se solidarizaram com os estudantes durante a crise académica de 1962: Vitorino Magalhães Godinho e A. H. de Oliveira Marques foram demitidos⁷⁷.

Contraditoriamente, eram possíveis os trabalhos de história económica, embora com a devida cautela para não afectar a “paz” que se instalara depois da repressão. E apareciam algumas dissertações de licenciatura com temas de história económica. No entanto, ainda em 1964, Oliveira Marques regista que “o domínio da história económica e social pode considerar-se dos menos explorados na historiografia portuguesa, notavelmente atrasada em relação à estrangeira.” E acrescenta: “Os nossos “historiadores” vão ao ponto de ignorar ou desprezar estudos históricos concebidos segundo perspectivas económicas ou sociais, às vezes devido a absurdos temores de natureza política, numa lamentável confusão de história económica e social com materialismo histórico, marxismo e outros “papões” semelhantes⁷⁸”.

Neste pobre panorama, se em Lisboa a atenção à história económica figurava uma continuidade⁷⁹, em Coimbra, mesmo na

73 Charles Ralph Boxer, *Opera minora*, ed. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente, III, 2002, pp. 159-161.

74 C. R. Boxer, *O império colonial português*, trad. Lisboa: Edições 70, 1977.

75 Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1960; Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime: XVIIIe. - début du XIXe. siècle: contribution à l'histoire agraire comparée*. Paris: SEVPEN, 1966.

76 Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

77 Supremo Tribunal Administrativo. Recurso nº 6434, 1ª secção. *Peças do processo em que é recorrente o Dr. Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho*, pelo Advogado José de Magalhães Godinho; Supremo Tribunal Administrativo. Recurso nº 6565, 1ª secção. *Alegação do recorrente o Dr. Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho*, pelo Advogado José de Magalhães Godinho.

78 A. H. de Oliveira Marques, *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1964, p. 76.

79 Com destaque para Jorge Borges de Macedo, “O pensamento económico do Cardeal da Mota”, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, IIIª série, nº 4, 1960; Idem, *O Bloqueio Continental Economia e Guerra*

Faculdade de Letras isso passou a ser uma possibilidade. Embora tardia. Uma estimável tentativa de abertura de novas temáticas ocorreu também no Porto em 1967, na Faculdade de Letras: António Cruz, em torno da publicação de livros de acórdãos municipais avança uma primeira tentativa de contribuição pessoal “para a história das estruturas da sociedade portuguesa.” Todavia, ainda sem consistência metodológica⁸⁰.

Salazar é substituído em Setembro de 1968 por Marcello Caetano e sinais de outros tempos se divisaram. Inovando, em Coimbra, António de Oliveira apresentou em 1971-1972 como dissertação para doutoramento *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, enquanto Luís Ferrand de Almeida (1922-2006) ultimava *A Colónia do Sacramento e a Sucessão de Espanha*, que sairia em 1973⁸¹. A viragem coimbrã ocorrida por esses anos em grande parte se ficou devendo a estes empenhados professores – pelo que escreveram, sugeriram, permitiram. A via ficava aberta, embora ainda a ser percorrida por poucos.

Só em 1972 no Instituto Superior de Economia e Gestão se abre a primeira cadeira de História Económica, confiada a Joel Serrão e em 1973 na recém-fundada Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a História Económica começou a ser leccionada. Apesar das diligências do director da Faculdade Doutor Eduardo Correia para que nessa cátedra fosse provido Vitorino Magalhães Godinho, então na Universidade de Clermont Ferrand, isso

acabou por não acontecer⁸². No novo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa a regência da disciplina de História Económica era confiada ao economista Alfredo de Sousa (1931-1994)⁸³. A Faculdade de Economia do Porto nesse domínio não avançava. Mas é então, com a reforma de Veiga Simão – e só em 1972! – que a história económica, que entretanto já abriera caminho nas licenciaturas em História nas Faculdades de Letras se instala em Economia. Só depois disso a investigação avançará com outros processos e outros métodos. Nomeadamente pela intensificação da utilização estatística e pela problemática sugerida pelas teorias económicas. Tardara! O que não se percebe, mas talvez se deva a que os economistas, muito crenças nas razões do imediato, não tenham sentido a necessidade de estudar as estruturas e as conjunturas da vida material.

Ainda nesses anos terminais do Estado Novo (1971-1972), foi publicada a *História de Portugal* de A. H. de Oliveira Marques em que a História Económica já desempenhava papel essencial⁸⁴. Não foi matéria confinada a um aditamento, fez parte do todo que se pretendia compreender e explicar – para além de consagrar alguns capítulos às estruturas e conjunturas económicas. As coisas mudavam...

Quer a História, quer depois a história económica, só foram institucionalizadas plenamente na Universidade como consequência dos dois vastos movimentos modernizadores da sociedade portuguesa no século XX: as profundas transformações



Peninsular. Lisboa: Delfos, 1962; Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV. Problemas de Produção e Comércio*. Funchal: Distrito Autónomo do Funchal, 1962; Jorge Borges de Macedo, “Os Lusíadas” e a *História*, Lisboa: Verbo, 1971; Idem, “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político”, in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras, tom. XIII, 1971.

⁸⁰ António Cruz, *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1967, pp. X e XVI-XVII.

⁸¹ António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971-1972; Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento e a Sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, 1971-1972.

⁸² Outras possibilidades se lhe abriram a partir de 1974, nomeadamente a de criar e dirigir o departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁸³ Há publicadas umas lições um pouco posteriores: Alfredo de Sousa, *História económica e social*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, 1974.

⁸⁴ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*. Vol. I, Lisboa, Edições Agora, 1972; vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1973.



culturais marcadas pelo estabelecimento da Primeira e da Segunda Repúblicas em 1910 e em 1974. Foi preciso esperar pela viragem de 1974 para que se abrissem áreas curriculares de estudo de história económica em todos os estabelecimentos de ensino, de Economia e de Letras. Sobretudo por força da dinâmica estudantil, as disciplinas de história económica (geral e de Portugal) multiplicaram-se nas universidades. Prepararam-se doutoramentos, depois generalizaram-se mestrados. Vitorino Magalhães Godinho dirigiu a *Revista de História Económica e Social* desde 1978, reunindo colaboração de muitos dos que realizaram pesquisas neste domínio do saber.

Com múltiplos impulsos, com avanços e recuos – que a resistência à mudança não deixou de comparecer – cresceu a História Económica em Portugal, tendo hoje cultores por todos os estabelecimentos de ensino superior, atingindo uma notável produção editorial. Em 2004/2005 saiu a *História Económica de Portugal 1700-2000*, organizada por Pedro Laíns e Álvaro Ferreira da Silva⁸⁵. Nesses três volumes colaboraram praticamente todos os que ao assunto e ao período se têm dedicado. Obra que permite apreciar um panorama bem nítido da disciplina, da sua afirmação e irradiação a partir da pesquisa e do ensino. Em que, embora com nítidas diferenças de orientação ideológica, convivem historiadores de diferentes correntes de pensamento, sobretudo metodológicas: uns mais cliometristas, outros mais atentos à conjugação da história económica com a história social. O que revela a pujança dos estudos em que há a preocupação da interação da história económica com outras

disciplinas do saber⁸⁶. Historiadores que se juntam na Associação Portuguesa de História Económica e Social, fundada em Coimbra em 1980⁸⁷ e que hoje conta com três centenas de associados, realizando anualmente um estimulante encontro a que acorrem também historiadores estrangeiros.

Éxito de uma disciplina plenamente desenvolvida, apesar de hoje ser vista com menos importância relativa nos planos de estudo. Situação conjuntural, há que esperar, a corrigir quando amainarem os ventos bolonheses. A falta de mais estudo da disciplina há-de ser sentida, as boas razões e a sensatez não-de imperar. Porque é esse um saber e uma disciplina, além de um campo de investigação, indispensável à prospectiva económica e aos estudos históricos.

Magnífico Reitor, Senhor Embaixador da República de Moçambique, Senhor Director-Geral do Ensino Superior, Colegas, Estudantes, minhas Senhoras e meus Senhores:

Temos vivido um frutuoso período de paz académica. Durante mais de trinta anos a Universidade governou-se sem sobressaltos. O ordenamento jurídico garantiu a livre expressão e o exercício da autonomia, como sustentou uma serena convivência de estudantes e de professores. Quero deixar aqui uma palavra sentida à memória do Doutor Mário Sottomayor Cardia, autor dessa legislação, superior espírito académico e político. Oxalá o novo quadro institucional represente uma continuidade e dinamize o trabalho e a aprendizagem. Com a esperança de que seja o estudo, a investigação e a melhoria da qualidade dos nossos estudantes a determinar a vida escolar.

85 Pedro Laíns e Álvaro Ferreira da Silva *História Económica de Portugal*. Lisboa: ICS, 2004.

86 Lista bastante longa in José Jobson de Andrade Arruda e José Manuel Tengarrinha, *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, Bauru, EDUSC, 1999, pp. 111-180.

87 *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa, nº 5, Janeiro-Junho de 1980, pp. 142-143.